Terceirização e risco de terceiros

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A maioria dos licenciados de DPT terceiriza partes essenciais de sua estrutura de compliance: verificação de identidade, triagem de sanções, monitoramento de operações, análise de blockchain e mensagens da travel rule são, em geral, fornecidas por prestadores externos. As Guidelines on Outsourcing da MAS, emitidas pela primeira vez em 2016 e revisadas em 2018, aplicam-se aos prestadores de serviços de pagamento. Exigem um registro dos contratos de terceirização e due diligence sobre o prestador antes da contratação e periodicamente depois dela. Os contratos escritos devem conferir à empresa e à MAS direitos de auditoria e de acesso. São exigidos planos de continuidade de negócios, assim como a notificação à MAS em caso de terceirização relevante.[1] As guidelines tratam também de serviços em nuvem e de terceirização no exterior, aspectos relevantes para um grupo cujos sistemas de compliance possam estar hospedados na Suíça ou em outro lugar.

A responsabilidade pela função terceirizada permanece com o licenciado. Na inspeção, a MAS pede à empresa que demonstre entender como funcionam a triagem ou o monitoramento do prestador e que testou os resultados por ele produzidos. A empresa deve demonstrar que ajustou as regras do prestador à sua própria avaliação de risco e que detectaria uma falha do prestador. Uma empresa que não consegue explicar por que seu prestador de análise atribui um endereço a um

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

cluster sancionado, ou como suas regras de monitoramento foram definidas, terceirizou também o seu juízo, e não apenas o processamento. A MAS não permite isso.

Escolha e governança de um prestador de análise de blockchain

A escolha de prestador que mais afeta os resultados de AML de um licenciado de DPT é a do fornecedor de análise de blockchain. Chainalysis, Elliptic, TRM Labs e alguns outros dominam o mercado, e suas atribuições diferem. O mesmo endereço pode ser classificado como de alto risco por um e não ter classificação em outro. A atribuição depende do clustering e da inteligência proprietários de cada fornecedor. A MAS não endossou nenhum fornecedor e não exige nenhum em particular. Espera, contudo, que a empresa tenha avaliado a cobertura do fornecedor em relação às blockchains que a empresa suporta, bem como a metodologia de atribuição e as taxas de erro do fornecedor. A latência das atualizações, os arranjos de proteção de dados e o próprio cumprimento de sanções pelo fornecedor fazem parte da mesma avaliação.[2] Empresas maiores utilizam dois fornecedores em paralelo e investigam as discrepâncias, o que é uma boa prática, mas custosa. Empresas menores devem, no mínimo, documentar por que escolheram seu fornecedor e testar uma amostra de atribuições com base em fontes públicas. Seus limites de risco devem ser fixados com conhecimento do comportamento do fornecedor quanto a falsos positivos e falsos negativos.

Checklist

Um arranjo de análise de blockchain capaz de resistir a uma inspeção da MAS deve incluir o seguinte. - Uma avaliação escrita da cobertura de blockchains do fornecedor em relação aos ativos suportados pela empresa, atualizada sempre que um novo ativo for listado. - Limites documentados de pontuação de risco para exposição direta e indireta, por categoria (sanções, darknet, mixer, golpe, ataque hacker, jogos de azar), com a justificativa de negócio de cada um. - Provas de testes periódicos das atribuições do fornecedor com base em uma amostra de endereços conhecidos. - Um

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

procedimento para tratar atribuições contestadas pela empresa, incluindo o escalonamento ao fornecedor e a documentação do resultado. - Provas de integração que demonstrem que toda transferência de entrada e de saída é verificada antes do crédito ou da transmissão à rede, com logs conservados por cinco anos. - Um contrato de tratamento de dados que satisfaça as regras de limitação de transferências do PDPA, caso o fornecedor trate dados fora de Singapura. - Confirmação de que o próprio fornecedor não está sujeito a sanções e não foi citado em medidas de fiscalização.

Notas

1. MAS, Guidelines on Outsourcing, 27 de julho de 2016, revisadas em 5 de outubro de 2018, aplicáveis a todas as instituições financeiras reguladas pela MAS; a MAS realizou consultas e emitiu instrumentos sucessores sobre gestão de risco de terceiros para determinados setores. ↩
2. Guidelines to Notice PSN02, seção sobre o uso de tecnologia e de ferramentas de terceiros na CDD e no monitoramento de operações; MAS Information Paper sobre os controles de AML/CFT dos prestadores de serviços de DPT, observações sobre a governança da análise de blockchain. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.